

DOCUMENTOS

Apresentação

Para a sessão Documentos foi selecionado um conjunto de três artigos publicados por Hipólito da Costa no **Correio Braziliense** no ano de 1816. Focado sobre o ensino mútuo, a intenção do autor foi, claramente, a de fazer a propaganda de uma prática pedagógica que prometia, com economia de recursos e rapidamente, alfabetizar grandes contingentes da população de um povo majoritariamente analfabeto.

Tais documentos nos permitem colocar em dúvida as afirmativas de Fernando de Azevedo, para quem o ensino mútuo teria sido, tão somente, “um dos episódios mais curiosos e significativos dessa facilidade, que nos é característica, em admitir soluções simplistas e primárias para problemas extremamente complexos.” (AZEVEDO, 1971, p. 572)

Contra essa simplificação já dera uma contribuição pioneira o livro **A Escola Elementar no Século XIX: o Método Monitorial/Mútuo** (BASTOS e FARIA FILHO, 1999), que reuniu um conjunto de estudiosos para a discussão de tal prática pedagógica e de sua aplicação no século XIX. Esse livro teve o mérito de retirar o ensino mútuo do ostracismo em que se encontrava no âmbito dos estudos historiográficos da educação brasileira. A tese de doutorado de Maria de Fátima Neves (2003), intitulada **O método lancasteriano e o processo de formação disciplinar do povo: São Paulo, 1808-1889**, deu outra importante contribuição para tornar melhor conhecida a trajetória do ensino mútuo no Brasil.

Fora do País, em oposição à voz de Fernando de Azevedo, a tendência não foi a de subestimar o ensino mútuo, conforme demonstram os testemunhos de Hegel, Compayré e Manacorda.

Mas essa prática pedagógica dividiu as opiniões, ao longo do século XIX. Ela teve tanto defensores convictos quanto adversários ferrenhos. Cabe, a propósito, uma paráfrase das idéias contidas no livro **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas** (ALVES, 2005). Segundo o autor, mesmo os analistas mais perspicazes, têm deixado passar despercebidos, quase sempre, dois fatos relevantes: a) o emprego do ensino mútuo representou a primeira expressiva tentativa de dar consequência prática à bandeira de universalização da educação e b) sua utilização, objetivamente, revestiu-se de um caráter transitório, pois emergiu como decorrência de uma formidável demanda por serviços escolares, quando eram precários os recursos para atendê-la, daí a necessidade de dar-lhes aproveitamento máximo. O ensino mútuo procurou responder, portanto, a uma necessidade

histórica precisa. Por isso, ao revelar-se como solução precária, no interior de uma conjuntura educacional que reclamava a extensão dos serviços escolares para todos, de mecanismo de ação adaptado às condições vigentes tornou-se, ele próprio, característica expressiva dessa conjuntura marcada pela carência. A superação de tal conjuntura, necessariamente, implicaria sua própria superação.

O livro em referência afirma, ainda, que não surpreende o fato de a Inglaterra, a nação capitalista mais avançada nesse interregno, ter sido o centro difusor do ensino mútuo, dando, dessa forma, um passo decisivo rumo à ampliação do atendimento educacional à população. Sob o influxo da Revolução Industrial, essa nação se abriu às inovações que promoviam a elevação da produtividade do trabalho. Referenciando-se nessa abertura, os ingleses que militavam em outras áreas da atividade humana também incorporaram a atitude de se abrirem à utilização de novos recursos técnicos para a solução dos problemas correspondentes. Inclusive a educação foi bafejada por essa nova atitude. As experiências de Lancaster e Bell foram, tão somente, indicadores que a expressaram.

Voltando ao caso do Brasil, há registros que reforçam a importância de que se revestiu o ensino mútuo no País e no mundo. O conjunto de três artigos de Hipólito da Costa, ora reproduzido, considerou-o oportuno e sugeriu que Portugal e o Brasil o disseminassem.

Em resumo, o autor começa reconhecendo que o “sistema de educação elementar, (...), tem sido muito dispendioso” (COSTA, **In**: MENDONÇA, 1982, p. 362), daí a preocupação de realçar as vantagens econômicas do emprego do *ensino mútuo*. A pergunta que baliza a análise é expressiva: “Como se poderá generalizar uma boa educação elementar, sem grandes despesas do Governo, e sem que se tire às classes trabalhadoras o tempo que é necessário que empreguem nos diferentes ramos de suas respectivas ocupações?” (Id., *ibid.*, p. 363)

Não há vacilação na resposta:

“Os sistemas de educação que se inventaram na Inglaterra, e que têm obtido melhoramentos sucessivos, são destinados a preencher aquelas vistas; é por isso que intentamos propô-los como exemplo digno de imitar-se em Portugal e no Brasil, aonde a necessidade de educação elementar é tão manifesta que julgamos não carecer de demonstração.” (Id., *ibid.*, p. 363)

Para remover a restrição econômica que muitos poderiam levantar contra o emprego do “novo método”, Hipólito da Costa esclarece:

“As despesas de educação entre as classes pobres, seria talvez o único obstáculo que pessoas sinceras e amigas da humanidade poderiam admitir como causa de não generalizar a instrução; mas o novo método tem também esta vantagem de economia; porque um só mestre pode

encarregar-se do ensino de novecentos ou mil discípulos; e além do salário deste mestre, não há senão a despesa da casa para a escola; pedras, lápis, tinta, papel, e livros elementares. Portanto não há comparação entre as despesas, pelo método ordinário, e o custo de uma destas escolas.” (Id., *ibid.*, p. 364)

Quanto ao “financiamento do ensino mútuo” Hipólito da Costa demonstra que ele se realiza, inteiramente, pela concentração de esforços da sociedade civil. Reportando-se ao caso da Inglaterra, discute como se deu a experiência inicial de Lancaster, radicada na “escola central no Borough-road”. Desenvolvendo-se por ondas, o ensino mútuo se expandiu, progressivamente, pela cidade de Londres, pela Inglaterra, pelas suas colônias africanas e asiáticas, pela Europa e pelos Estados Unidos da América. Ao ser constituída uma complexa rede de escolas, na Inglaterra, Lancaster fez gestões no sentido de incentivar a criação de uma “Sociedade, para promover o estabelecimento das escolas segundo o novo plano” (COSTA, In: MENDONÇA, 1982, p. 363). Na França, a expansão do ensino mútuo se fez acompanhar do surgimento de seu periódico especializado, o **Journal de Education**.

Ao considerar o processo de expansão do ensino mútuo na Inglaterra, o segundo artigo faz um registro importante para a discussão mais ampla das funções sociais realizadas pelas unidades escolares emergentes.

“Estas escolas, (...), ocupando utilmente o tempo destes meninos pobres, não somente lhes dá a instrução em ler, escrever e contar, que tão proveitosa é aos mesmos indivíduos; mas impede que eles se habituem à ociosidade, e tira-lhes a oportunidade de associar pelas ruas, com quem lhes deprave os costumes; porque as horas vagas que restam da escola, são aquelas em que seus pais têm voltado de seus respectivos empregos, que estando em casa, podem [ter] seus filhos debaixo de seus olhos.” (Id., *ibid.*, p. 366)

Os artigos realizam, também, uma descrição detalhada da organização do trabalho didático correspondente ao ensino mútuo, temática igualmente pouco explorada pela historiografia e pela investigação educacionais.

Outros aspectos relevantes dos três artigos poderiam ser apontados, mas, esperamos, os listados bastam para cumprir o objetivo de motivar uma leitura atenta por parte do estudioso.

Para concluir, é necessário esclarecer que o conjunto documental em referência recebeu duas reedições, mas ambas por meio de publicações que dificilmente chegam às bibliotecas das universidades. A primeira numa obra organizada por Marcos Carneiro de Mendonça, intitulada **Aula do Commercio**, integrante de uma coleção da Xerox do Brasil. A segunda, mais recente, por meio de uma edição fac-similar integral do Correio Braziliense ou Armazém Literário, iniciativa da

Imprensa Oficial do Estado, de São Paulo, e do Correio Braziliense, de Brasília. Os três artigos fazem parte do volume XVI e foram matrizes das cópias incluídas na presente edição.

Na sessão Documentos foi aberto espaço, também, para um importante informe de Azilde Andreotti, técnica da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e ligada ao Acervo Histórico do Livro Escolar (AHLE). Intitulado “O acervo histórico do livro escolar: legado das bibliotecas infantis da cidade de São Paulo e fonte de pesquisa para a história da educação”, ele cumpre a finalidade de apresentar e divulgar o referido acervo e contribuir “para a pesquisa, para o intercâmbio com outras instituições” e para “a reflexão sobre a importância” do trabalho voltado para a reunião de “fontes de pesquisa”.

Gilberto Luiz Alves (HISTEDBR/MS)

Mai de 2010.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1971. (Obras completas, 13)

BASTOS, Maria Helena Câmara & FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.

COSTA, Hipólito José da. **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002. v. XVI. (Edição fac-similar)

MENDONÇA, Marcos Carneiro de Mendonça (org.). **Aula do Commercio**. Transcrição e reprodução fac-similar de documentos do Arquivo do Cosme Velho, anot. e coment. por ... Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982.

NEVES, Maria de Fátima. **O método lancasteriano e o processo de formação disciplinar do povo: São Paulo, 1808-1889**. Assis, SP: UNESP, 2003. (Tese de Doutorado)